SILENCIAMENTOS DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA OCUPAÇÃO VILA SOMA NA MÍDIA

SILENCING THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO THE CITY: SOCIO-SPATIAL REPRESENTATIONS OF THE VILA SOMA OCCUPATION IN THE MEDIA

SILENCIANDO LA LUCHA POR EL DERECHO A LA CIUDAD: REPRESENTACIONES SOCIOESPACIALES DE LA OCUPACIÓN VILA SOMA EN LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

Maria Luiza Assis
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
E-mail : marialuiza-assis@hotmail.com

André Pasti
Universidade Federal do ABC (UFABC)
Email : andre.pasti@ufabc.edu.br

Isadora Garcia
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro(IPPUR)/(UFRJ)
E-mail : isagarcia.arq@gmail.com

Resumo:
Os conflitos urbanos passam pela disputa de sentidos no território. Os meios de comunicação de grande alcance estão entre os agentes mais importantes na produção e circulação de sentidos e discursos no território, fazendo parte das disputas políticas sobre o futuro das cidades. Buscando contribuir para a compreensão de como a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade é abordada pela mídia, este artigo analisa a cobertura midiática das lutas da Ocupação Vila Soma, de Sumaré/SP. A metodologia consiste na análise de 252 notícias que abordaram a Ocupação entre 2012 e 2016, com parâmetros ligados à visibilidade de pautas e agentes e ao tratamento dado às temáticas pertinentes ao conflito em questão. A análise evidencia um silenciamento da Ocupação e das pautas da luta pelo direito à cidade e à moradia, a criminalização da ocupação e sua associação a um campo de sentidos negativo de forma majoritária.

Palavras-chave: direito à cidade; mídia; Ocupação Vila Soma; imaginários urbanos; representações socioespaciais.

Abstract:
Urban conflicts encompass the discursive dispute in the territory. The main media groups are among the most important agents in the production and circulation of meanings and discourses in the territory, playing a central role in political disputes about the future of cities. This research aims to contribute to the understanding of how the media approaches the struggle for urban reform and the right to the city. In such sense, this paper analyzes the media coverage of the struggles of the Vila Soma Occupation, from Sumaré/SP (Brazil). The research's methodology consists of an analysis of 252 digital news items that addressed the Occupation from 2012 to 2016, with parameters linked to the visibility of the agendas and its agents as also the treatment given to relevant issues of said conflict. The analysis indicates that the media groups are silencing the Occupation leaders, the people's voices and the agendas of the struggle for the right to the city. The research also indicates a criminalization of the housing struggle and the association of the Occupation with a field of negative meanings by the media.

Keywords: right to the city; media coverage; Vila Soma Occupation; urban imaginaries; socio-spatial representations.

Resumen:
Los conflictos urbanos abarcan la disputa de sentidos en el territorio. Los medios de comunicación de largo alcance se encuentran entre los agentes más importantes en la producción y circulación de sentidos y discursos en el territorio, formando parte de las disputas políticas sobre el futuro de las ciudades. Con el objetivo de contribuir a la comprensión de cómo los medios de comunicación abordan la lucha por la reforma urbana y el derecho a la ciudad, este artículo analiza la cobertura mediática de las luchas de la Ocupación Vila Soma, de Sumaré/SP (Brasil), en los medios. La metodología consiste en el análisis de 252 noticias que abordaron la Ocupación entre 2012 y 2016, con parámetros vinculados a la visibilidad de agendas y agentes y a el trato dado a los temas relevantes del conflicto en cuestión. El análisis muestra un silenciamiento de la Ocupación y de las agendas de la lucha por el derecho a la ciudad y la vivienda, una criminalización de la ocupación y su asociación con un campo de sentidos negativos por los medios de manera mayoritaria.

Palabras-clave: derecho a la ciudad; medios de comunicación; Ocupación Vila Soma; imaginarios urbanos; representaciones socioespaciales.

Introdução

As ocupações de sem-teto urbanos têm estado mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil desde o início dos anos 1980, como manifestações e respostas à urbanização corporativa e à negação da cidadania territorial (RIZZATTI, 2015, p. 184; SANTOS, 2008 [1993]). Essas ocupações carregam, na disputa de sentidos pelo espaço urbano, as bandeiras da luta pela reforma urbana — que abrange, conforme Saule Jr. e Uzzo (2009), o direito à cidade, o cumprimento da função social da propriedade, a participação popular no planejamento urbano e a garantia da justiça social e de cidadania a todas as pessoas, em especial o direito à moradia digna.

No contexto dessa luta surgiu, em 2012, a Ocupação Vila Soma na cidade de Sumaré (SP), localizada na Região Metropolitana de Campinas e ocupando um terreno de cerca de 1,5 milhão de metros quadrados, com aproximadamente 10 mil pessoas (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017, p. 300). A precariedade habitacional acompanha a expansão das metrópoles — que reúnem a maioria da população de favelas (DENALDI, 2013). Inserida na periferização metropolitana, Sumaré concentra inúmeros casos de habitação precária, favelização em massa distribuída por diversas e dispersas porções da cidade (SABINO, 2017) e é locus dos embates travados pelas ocupações organizadas na demanda pelo direito à moradia.

As disputas pelo território protagonizadas pelos movimentos sociais urbanos passam não apenas pelas materialidades do território, mas também pela disputa de sentidos e pela dimensão dos imaginários urbanos. Consideramos, aqui, o espaço urbano não só em sua dimensão material, mas também englobando esses imaginários

— conforme Santos (2006 [1996]), trata-se de reconhecer que os usos do território se dão em duas dimensões inseparáveis: a das materialidades e objetos fabricados no espaço, chamada tecnosfera, e a dos sentidos, valores, crenças e imaginários, chamada psicosfera. Para Ribeiro (2013, p. 69–70), é fundamental considerar os valores e anseios que povoam e movimentam o imaginário de um lugar em um período – apreendendo a imaginação como fenômeno coletivo, pleno de razão e emoção, marcado pela cotidianidade vivida.

Os meios de comunicação de grande alcance têm um papel central na produção e circulação de sentidos que povoam a psicosfera e na definição dos imaginários urbanos dominantes. Nesse sentido, este artigo levanta a questão de como as disputas travadas pelos movimentos sociais urbanos — no caso, a atuação da Ocupação Vila Soma no auge de sua mobilização coletiva de resistência — são representadas na mídia de grande alcance, produzindo sentidos sobre a cidade e sobre a luta da ocupação.

Pretende-se, desse modo, compreender o papel da mídia na vocalização ou silenciamento dessas lutas sociais e analisar os desafios dessa dimensão da comunicação para a luta da reforma urbana e do direito à cidade. Para tanto, o artigo está organizado em quatro partes: (1) em primeiro lugar, traz uma breve discussão teórica sobre os imaginários urbanos e representações socioespaciais; em seguida, (2) contextualiza a trajetória da luta da Ocupação Vila Soma, ressaltando o período de intensa mobilização que será objeto privilegiado da análise; por fim, apresenta (3) a metodologia e (4) a análise dos dados sobre a cobertura midiática da ocupação a partir da análise de notícias que a abordaram desde seu surgimento, em

2012, até a conquista da decisão do STF que garantiu a suspensão da reintegração de posse, em 2016.

Imaginários: dimensão das disputas territoriais

Os imaginários urbanos fazem parte das disputas territoriais, condicionando usos do território e devendo ser campos privilegiados das lutas sociais, como na agenda da reforma urbana. São múltiplos os ideários de abrangência diversa que habitam o fenômeno urbano brasileiro – portanto, também são múltiplas as formas de imaginar e representar a experiência coletiva (RIBEIRO, 2013, p. 70). Os imaginários urbanos corresponderiam, segundo Armando Silva (2014, p. 27), às imagens coletivas feitas da cidade – considerando, com Castoriadis (1982, p. 13), o processo de criação incessante e indeterminada, com base social-histórica e psíquica, de figuras, formas e imagens a partir das quais se faz sentido do mundo.

Resgatamos, assim, o desafio de considerar as representações da sociedade em movimento, por meio da dialética entre forma e conteúdo (SERPA, 2014). Essa dialética entre psicosfera e tecnosfera, entre materialidade e imaginários no espaço, é interpretada por Lefebvre (1991, p. 38-39) a partir da interação entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. Entre o espaço percebido, das práticas espaciais cotidianas, e os espaços de representação, das estruturas cognitivas complexas, Lefebvre introduz os espaços concebidos pelas estruturas de planejamento e de poder (SERPA, 2005). Para Lefebvre, as representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o

mundo vivido (SERPA 2014). Essas representações circulam em torno a instituições, símbolos e arquétipos (LEFEBVRE, 1983).

Marcelo Lopes de Souza (2011, p. 160) remete à noção de representações sociais – que designariam "maneiras de organização e reprodução de significações por meio de discursos menos ou mais coerentes que visam articular identidades e justificar escolhas e ações". Para esse autor, no caso das imagens espaciais e discursos fortemente espacializados ou espacializantes, tratam-se de representações socioespaciais. Estas ajudariam a elucidar e narrar as construções discursivas de grupos específicos em meio à luta e aos conflitos no plano do simbólico.

Esse campo de imaginários urbanos e representações socioespaciais nas cidades estão inseridos dentro das dinâmicas de organização do espaço urbano, não se autonomizando dos processos sociais, econômicos e políticos de produção do espaço. Os imaginários urbanos são indissociáveis das dinâmicas de organização e uso do território, devendo ser vinculados à compreensão das disputas e tendências para a conformação do espaço urbano na atualidade.

Diversos agentes são produtores dos imaginários urbanos dominantes. Além dos agentes do mercado imobiliário, financeiro, publicidade e do poder público, os agentes midiáticos de grande alcance territorial ganham destaque, pois inserem na psicosfera valores, preocupações e pautas ligados aos interesses de agentes hegemônicos (PASTI, 2018, p. 92). O sistema de comunicação brasileiro "em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados"

(RIBEIRO, 1991, p. 46). Segundo a pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (INTERVOZES, 2019), a organização da comunicação no país é marcada por uma oligopolização e pela propriedade cruzada de meios de diferentes tipos pelos mesmos grupos, por baixa pluralidade e diversidade, por intensa concentração geográfica e pelo cruzamento de interesses de negócio diversos – os maiores grupos midiáticos atuam também no mercado imobiliário, no agronegócio, no mercado financeiro e em outros setores.

Dessa forma, convém examinar a atuação desses agentes na difusão do imaginário urbano dominante, na construção de representações sobre os movimentos sociais urbanos e no condicionamento da circulação de sentidos sobre a cidade, sobretudo dos projetos urbanos contra-hegemônicos.

A trajetória da luta da Ocupação Vila Soma

A luta da Vila Soma se insere dentro das lutas pela reforma urbana, reivindicando por meio da ocupação o cumprimento da função social da propriedade como forma de viabilizar a garantia do direito à moradia. Como afirma Arlete Moysés Rodrigues (2004, p. 11) "a ênfase dos movimentos sociais, nacionais e internacionais, tem sido questionar a supremacia do direito de apropriação, da propriedade do solo, e das edificações urbanas em relação ao direito à vida". Conforme Paterniani (2016, p. 38), "a reivindicação passou a ser não mais o direito à terra, mas à casa 'de verdade', com água e esgoto encanados e eletricidade: o direito à moradia digna".

Como lembra Rodrigues (2004), embora a função social da propriedade urbana conste nas várias Constituições Brasileiras

desde 1934, a explicitação de seu significado ocorreu apenas com a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001 — lei construída e conquistada com a participação de diversos movimentos sociais que lutam pela reforma urbana. No entanto, conforme Santos (2007 [1987], p. 105), "a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado". Maricato (2011) lembra que os avanços constitucionais e legais da reforma urbana não se converteram em uma transformação radical da dinâmica de organização do espaço das cidades — e os movimentos sociais urbanos seguiram em sua luta por afirmação de direitos.

Inspirados pela conquista de moradias em um programa habitacional por moradores de outra ocupação da cidade, chamada Zumbi dos Palmares, e reunidos a partir de despejos forçados de outras áreas, um conjunto de cidadãos ocupou o terreno abandonado da massa falida da indústria Soma Equipamentos Industriais no final de junho de 2012 (COSTA, 2019). Como afirmam Silva e outros autores (2017, p. 303),

> A constituição da Vila Soma como movimento social e a politização de suas demandas se deu de maneira gradativa. Apesar de algumas das famílias pertencentes à Vila Soma serem oriundas de outras ocupações urbanas na região, a ocupação não se originou de um movimento social consolidado, mas a partir de uma movimentação espontânea dos primeiros ocupantes.

Em 2013, houve uma mudança na gestão da ocupação após esses moradores, por desconfiança em relação à práticas dos primeiros coordenadores — que, segundo Sabino (2017, p. 70), dificultavam a organização de uma efetiva resistência e enfrentamento em conjunto — começarem a se organizar em grupos

paralelos e se aproximar de grupos externos para obter apoio de partidos, movimentos populares e redes de organizações. Nesse momento, elegeram uma nova coordenação, passando a um processo de promoção de intensa democracia interna (GARCIA; LEONELLI, 2018). Esse processo prossegue por anos, articulando resistências a uma série de conflitos em torno a tentativas de reintegração de posse — com mais de 60 manifestações de rua em 2015 (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017) — e vitórias institucionais como a conquista de decisão favorável no STF, no início de 2016, sendo a primeira vez que a Suprema Corte se manifestou em uma ação de reintegração de posse (MANDL, 2017).

Entendemos, aqui, as ocupações urbanas organizadas como práticas insurgentes, como propõe Miraftab (2016). Para a autora, as ações insurgentes seriam caracterizadas pela transgressão no tempo, lugar e ação; pelo sentido contra e anti-hegemonia e pela imaginação. Para Miraftab (2016, p. 368-369), as ações dos movimentos sociais podem ocorrer em dois espaços de atuação que interagem entre si, dialeticamente: *espaços de ação convidados*, garantidos pelo sistema político e social vigente, como espaços de participação institucionalizados e representação em cargos eletivos; e *espaços de ação inventados*, que incluem ações transgressoras e insurgentes, que não se limitam ao aparato institucional do Estado. Conforme análise em Silva, Garcia e Pasti (2017), concluímos que é possível identificar um período de lutas intensas da Ocupação Vila Soma em que a combinação de ações insurgentes e diálogo institucional, transitando entre espaços de ação convidados e inventados, potencializou sua luta.

Usando essa chave de interpretação, em um esforço de mobilizar a periodização como um recurso de método (SANTOS, 2008 [1988]), identificamos quatro períodos principais da trajetória da Ocupação Vila Soma: (1) 2012-2013: o início da Ocupação Vila Soma, com uma coordenação despolitizada e um o grupo ocupante inicialmente distante das práticas e estratégias tradicionais dos movimentos de luta por moradia (COSTA, 2019, p. 60); (2) 2013-2016: momento de articulação e organização política, mudança de coordenação, com fortalecimento de redes, democratização do comando da ocupação e formação de sujeitos políticos a partir do conflito urbano, em uma articulação potente de ações em espaços inventados e espaços convidados (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017); (3) 2016-2019: momento de institucionalização da luta, forte desmobilização política e de práticas da coordenação da Ocupação que abandonam o sentido democrático e politizante — e como alerta Costa (2019), aproximam-se de práticas clientelistas; e, por fim (4) 2019/2021: momento de regularização fundiária, realizada com financiamento dos próprios moradores, seguindo o cenário político anterior; as resistências se limitam à atuação da advocacia popular da Ocupação e acompanham articulações em relação aos valores a serem pagos, para que não houvesse remoções indiretas com as terras da ocupação passando a fazer parte do mercado de terras urbanas (AGB-CAMPINAS, 2021; MANDL, 2021).

Ainda que não seja objeto deste artigo analisar as tensões e conflitos em torno desses dois últimos períodos — parte deles tratados por Costa (2019) e Mandl (2021) e merecendo outras análises aprofundadas no futuro — o recorte temporal aqui utilizado, de junho de 2012 a janeiro de 2016, enfatiza o período entre o surgimento e a decisão do STF que acompanha o fim da intensa

mobilização da Vila Soma. Esse período também é marcado pela tensão entre o poder público, em especial a Prefeitura Municipal, com posição explicitamente contrária à permanência dos moradores, e a Ocupação organizada e articulada para a resistência e a luta por moradia adequada e pelo cumprimento da função social da propriedade. Pretende-se verificar como a cobertura midiática abordou, vocalizou ou silenciou aspectos dessa luta.

Procedimentos metodológicos

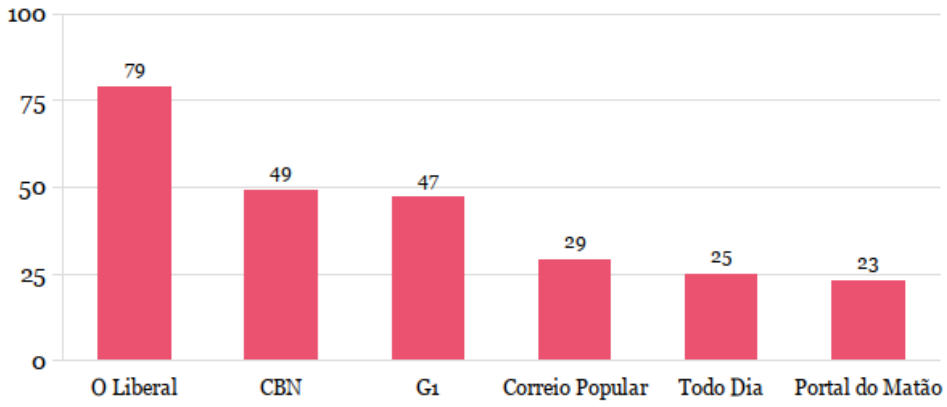
Para analisar as representações sobre a Ocupação Vila Soma nos principais meios de comunicação de Sumaré e da Região Metropolitana de Campinas, foi utilizada uma metodologia inspirada nos estudos "Vozes silenciadas - a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito" e "Vozes Silenciadas - Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo" (INTERVOZES, 2011, 2014). Essa metodologia parte da seleção de um universo de notícias a serem analisadas sob alguns parâmetros da cobertura midiática, sobretudo ligados à visibilidade de pautas e agentes e ao tratamento dado às temáticas pertinentes ao conflito em questão.

O período escolhido para a seleção de notícias abrange desde 2 de julho de 2012, data da primeira notícia encontrada sobre a Ocupação Vila Soma, até fevereiro de 2016, compreendendo, assim, desde o princípio da trajetória da Vila Soma até a suspensão da reintegração de posse da área ocupada pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 2016, conforme periodização apresentada anteriormente.

Após a definição do recorte temporal, foram selecionados os veículos de comunicação de acordo com os seguintes critérios: (1) jornais de grande circulação na Região Metropolitana de Campinas (RMC), com foco em Sumaré e na metrópole (Campinas); e (2) portais de notícias focados na Região Metropolitana de Campinas ou em Sumaré, com alcance relevante. Foram priorizadas as plataformas online dos jornais, devido à maior facilidade de coleta de matérias e pelo fato de ser uma fonte relevante de informações. Assim, as mídias escolhidas foram (em ordem alfabética): CBN (Grupo Globo), Correio Popular (Grupo RAC), G1 - Campinas e região (Grupo Globo), O Liberal, Portal do Matão e Todo Dia.

A primeira seleção de notícias foi realizada através da utilização das palavras-chave *"Vila Soma"* e *Ocupação "Vila Soma"* no portal Google Notícias — que cria um índice de notícias de outros sites — , onde foi feita a coleta bruta com todas as notícias encontradas. Em uma primeira triagem, os links repetidos foram descartados, assim como todas as notícias que não tratavam efetivamente da Ocupação e seus conflitos. Após esse primeiro levantamento, foram acrescentadas notícias encontradas no acervo de cada um dos sites acima que não constavam do primeiro levantamento. Por não terem sido encontradas matérias de 2012 com esse critério de pesquisa, procuramos notícias utilizando *Parque Residencial Manoel de Vasconcelos*, o nome ao qual a Ocupação era representada antes de Vila Soma. No total, foram selecionadas para a efetiva análise 252 matérias (Gráfico 1).

Gráfico 1. Fontes das 252 matérias analisadas que mencionaram a Ocupação Vila Soma (julho de 2012 a janeiro de 2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Para a análise em si, foram selecionadas apenas aquelas notícias que apresentavam a Vila Soma como principal assunto (215 das 252). As análises apresentadas a seguir foram feitas a partir desse recorte do universo de matérias. Foram estabelecidos parâmetros para a análise, novamente baseados nos estudos "Vozes Silenciadas" mencionados. As informações obtidas foram organizadas nos seguintes blocos:

a. Identificação preliminar das matérias — todas as matérias foram catalogadas com data; título; veículo de comunicação; link da notícia; tema principal da matéria; comentário situando o tema de que trata a matéria; se a notícia tratava da Ocupação direta ou indiretamente.

b. Caracterização da narrativa — foram analisados aspectos mais qualitativos da notícia, onde era possível caracterizar a narrativa. Foram analisados: o título — se citava ou não a

Ocupação e, caso citasse, se era possível identificar se a posicionava em um campo de sentidos positivo, negativo, equilibrado ou não era possível identificar; a notícia, em geral, se posicionava a Ocupação em um campo de sentidos positivo, negativo, equilibrado ou não era possível identificar; a identificação das fontes ouvidas na matéria; a quais fontes era dado destaque; se tratava de manifestações dos ocupantes; se sim, se apareciam em um campo de sentidos positivo, negativo, equilibrado ou não era possível identificar.

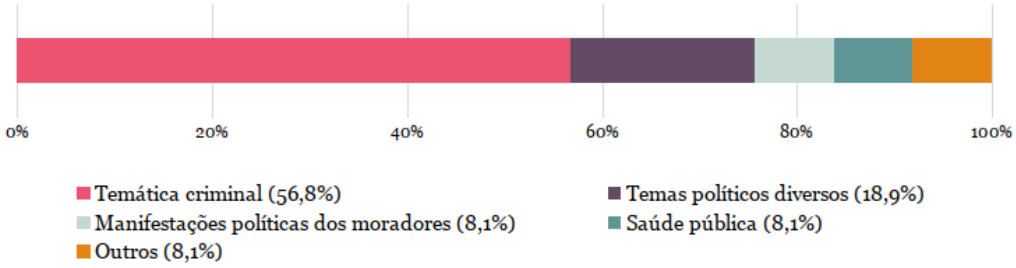
c. Vocalização ou silenciamento da luta da ocupação — análise contemplando: se era mencionado no texto da notícia *direito à moradia*; se era mencionado no texto *função social da propriedade*; se era mencionada alguma legislação; se eram mencionados dados estatísticos sobre a questão de moradia ou alguma pesquisa; se a matéria tratava de ações e possibilidades de realocação ou solução habitacional; caso tratasse, se a matéria dava voz à Ocupação sobre o assunto; se a matéria mencionava atos de violência; em caso positivo, como posicionava a ocupação em relação à autora e/ou vítima desses atos.

As análises em si foram feitas pela autora principal deste artigo, revisadas pelos demais autores, tendo assim uma maior precisão na análise das notícias. A seguir são apresentados e discutidos os resultados.

Representações socioespaciais da Vila Soma na mídia

São apresentados, a seguir, alguns dos resultados da análise a partir da metodologia anteriormente descrita. Em primeiro lugar, buscamos identificar os temas em que as matérias sobre a Ocupação estavam centrados (Gráfico 2). É possível observar que a principal associação feita é relativa à temática criminal, com 56,8% das matérias sobre a Ocupação; em seguida temas políticos diversos (18,9%), manifestações políticas dos moradores, saúde pública e outros (esses três últimos com 8,1%).

Gráfico 2. Temática da pauta principal das matérias sobre a Ocupação Vila Soma na mídia (junho/2012 a janeiro/2016)

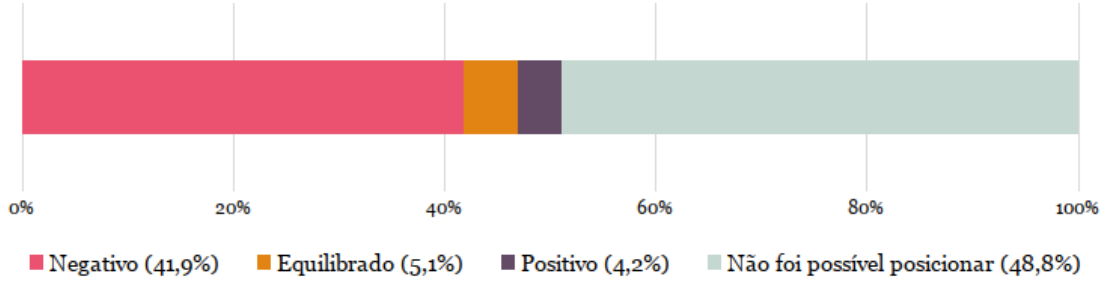


Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Houve, portanto, uma associação da Ocupação às temáticas criminais na cobertura midiática, que corresponde à criminalização dos movimentos sociais (RODRIGUES, 2011) e à associação desse lugar com crimes. Conforme Rodrigues (2011, p. 15), para defender a propriedade, os agentes dominantes associam os movimentos populares a "portadores do terror contra os civilizados" e seus atos são apresentados como ações a serem combatidas, abstraídas de seu contexto político, econômico, histórico e geográfico.

Foi analisado, ainda, o campo de sentidos em que a matéria posicionava a Ocupação — de forma geral (Gráfico 3) e no título, em particular (Gráfico 4). Tal procedimento foi inspirado na metodologia do estudo Vozes Silenciadas do MST (INTERVOZES, 2011). Das 215 notícias analisadas, 41,9% posicionaram a Vila Soma em um campo de sentidos negativo, 5,1% trouxeram um posicionamento equilibrado e apenas 4,2% em um campo de sentidos positivo.

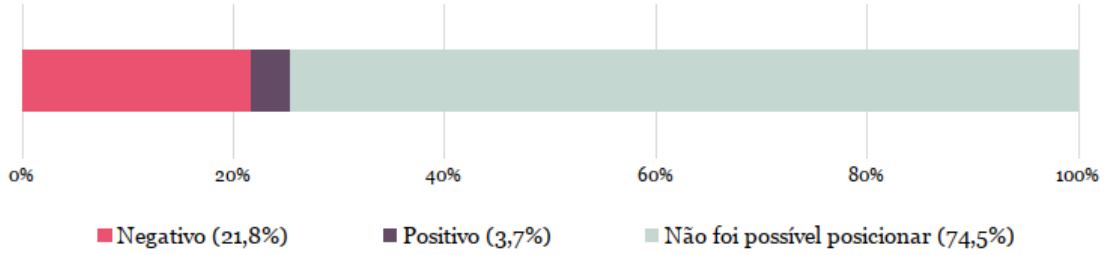
Gráfico 3. Notícias que posicionam a Ocupação Vila Soma em um campo de sentidos positivo, negativo ou equilibrado (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Já em relação ao título das notícias (Gráfico 4), 21,8% a posicionam em um campo de sentidos negativo e apenas 3,7% em um campo positivo. Nesse caso, são matérias que apresentaram conteúdo contrário à Ocupação Vila Soma já em seu título ou chamada.

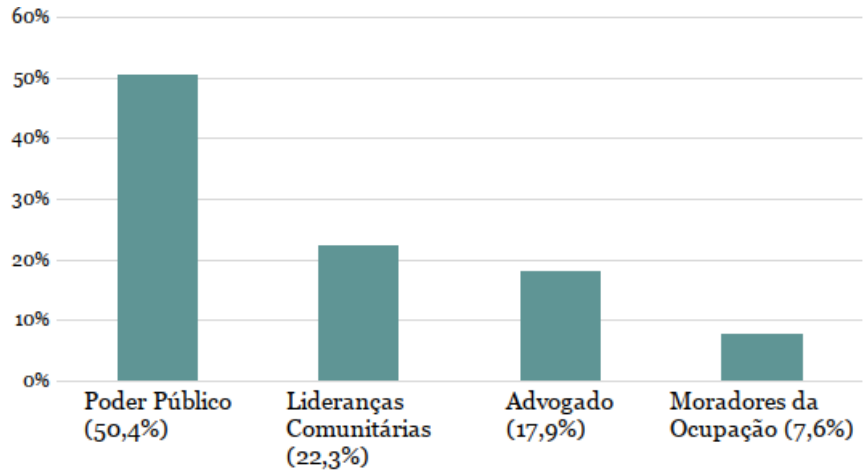
Gráfico 4. Títulos de notícias sobre a Ocupação Vila Soma que a posicionam em um campo de sentidos positivo, negativo ou equilibrado (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Buscamos identificar, também, quais foram as fontes ouvidas nas matérias, buscando compreender se a diversidade e pluralidade de posições desse debate esteve presente na cobertura midiática. O Gráfico 5 indica que mais da metade das notícias traziam a voz do poder público (nesse período, fortemente contrário à Ocupação e à sua luta), enquanto as lideranças comunitárias da Ocupação foram ouvidas em apenas 22,3% das matérias. O advogado popular da Vila Soma foi ouvido em 17,9% das notícias, os moradores em apenas 7,6%. O universo de notícias também foi analisado quanto à existência de divergência entre as posições das fontes — 54,4% das notícias não apresentavam fontes com posições divergentes entre si.

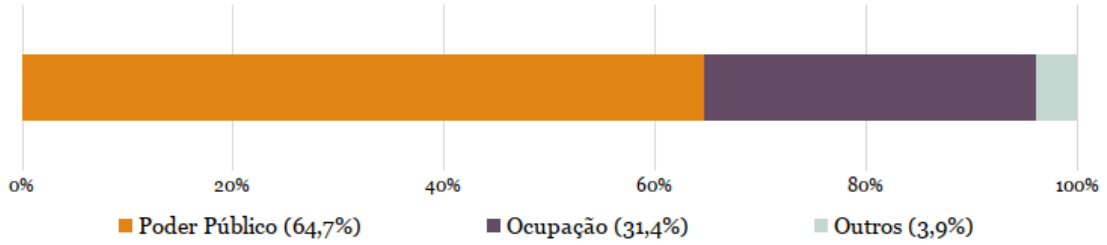
Gráfico 5. Notícias que mencionam fontes ligadas ao conflito da Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

O Gráfico 6 permite observar outra dimensão na análise das fontes. Ele demonstra que, mesmo quando as lideranças do movimento ou moradores eram ouvidos, em geral o poder público possuía a centralidade e o destaque na fala — o que ocorreu em 64,7% das matérias, contra 31,4% de matérias que dão destaque à voz de sujeitos da Ocupação Vila Soma e 3,8% de notícias em que o destaque é dado a outros agentes.

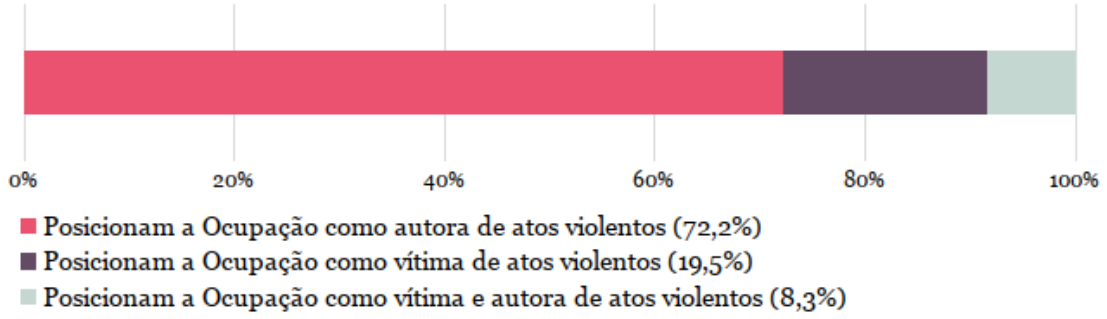
Gráfico 6. Notícias que destacaram as falas de alguma fonte entre as matérias sobre a Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Dentre as 215 matérias analisadas, 36 delas mencionaram atos violentos. Ao analisar essas 36 matérias, observou-se que 72,2% delas associavam a Ocupação como autora desses atos, 19,5% como vítima e 8,3% como autora e vítima. O Gráfico 7 apresenta esses dados.

Gráfico 7. Notícias que associaram a Ocupação Vila Soma à violência (junho/2012 a janeiro/2016)



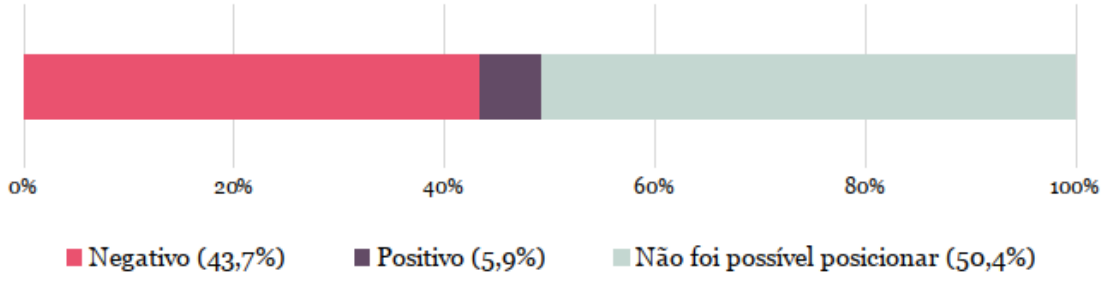
Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Cabe ampliar a reflexão sobre as consequências dessa associação dos movimentos sociais como autores de atos violentos. A própria escolha do que é tratado como violência — em um cenário marcado pela negação da cidadania mais básica, o direito de morar dignamente — revela opções discursivas relevantes a serem consideradas. Como afirma Rodrigues (2004, p. 15),

> A violência objetiva como a fome, a miséria, aparecem como necessárias para defender a ordem instituída. As manifestações contrárias à violência impetrada contra os trabalhadores são consideradas como violentas e devem ser combatidas. Cotidianamente os meios de comunicação desviam o olhar das violências perpetradas contra a classe trabalhadora para colocar em destaque a violência subjetiva e os eventos trágicos (desmoronamentos, enchentes) e não a tragédia da vida cotidiana que atinge a maioria. [...] As matrizes discursivas destacam, na mídia, os problemas como sendo de intolerância, desconhecendo, ocultando a desigualdade, a exploração e a injustiça.

Nesse sentido, as manifestações de rua e protestos dos moradores da Vila Soma também são enquadrados em certos campos de sentido. Entre o universo de 215 notícias analisadas, 63,3% citam manifestações — vale lembrar que em 2015 houve mais de 60 atos de rua dos ocupantes. Dentre as matérias que citam essas manifestações, 43,7% delas posicionam os protestos em um campo de sentidos negativo, contra 5,9% que o associam a um campo de sentidos positivo (Gráfico 8).

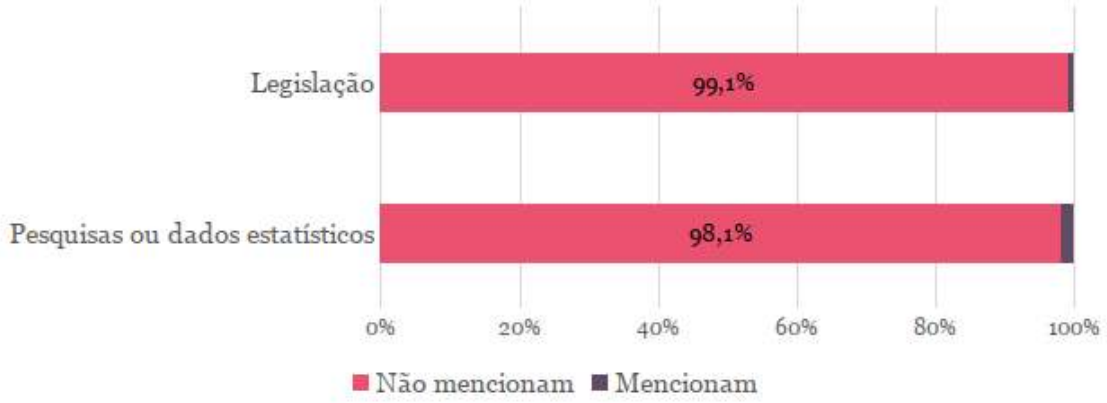
Gráfico 8. Matérias que posicionam os protestos da Ocupação Vila Soma em um campo de sentidos positivo, negativo ou equilibrado (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Uma última dimensão fundamental da análise aqui realizada diz respeito à qualidade do debate realizado nessa cobertura sobre o déficit habitacional e a luta por moradia. Nesse sentido, os gráficos a seguir evidenciam o silenciamento da luta da Ocupação Vila Soma, de suas pautas — a agenda da reforma urbana, a defesa do direito à moradia, o cumprimento da função social da propriedade e todo o arcabouço legal que sustenta a reivindicação por esses direitos. O Gráfico 9 demonstra que praticamente nenhuma notícia (apenas 0,9%) menciona a legislação ao tratar do conflito que envolve a Vila Soma. Além disso, quase a totalidade das matérias (98,1%) não traz dados estatísticos (sobre o déficit habitacional, por exemplo) ou pesquisas que pudessem qualificar o debate público sobre o tema da moradia e suas soluções.

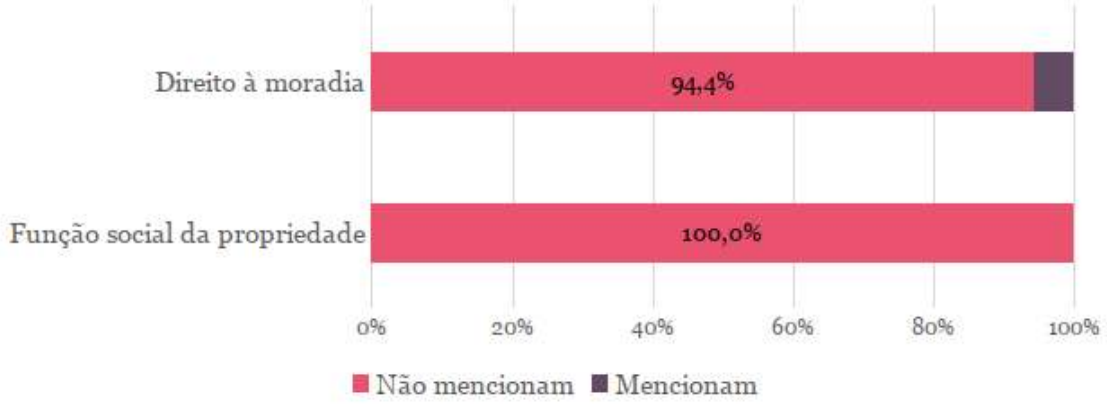
Gráfico 9. Notícias que mencionam dados estatísticos ou legislação entre as matérias sobre a Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Ainda mais ilustrativo do silenciamento das pautas é o Gráfico 10, que demonstra a ausência nas matérias de menções a duas questões fundamentais da luta da Ocupação Vila Soma: o direito à moradia e a função social da propriedade.

Gráfico 10. Notícias que mencionaram direito à moradia ou função social da propriedade entre as matérias sobre a Ocupação Vila Soma (junho/2012 a janeiro/2016)



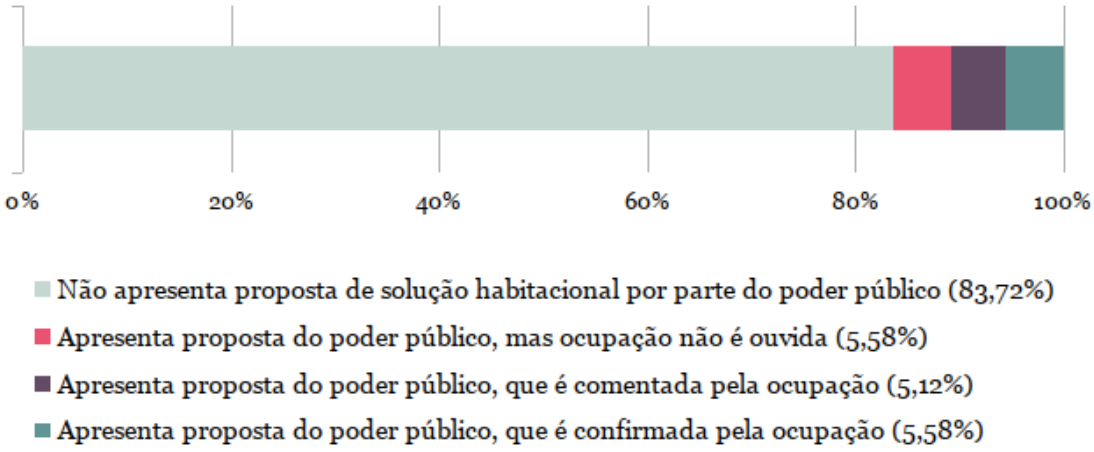
Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

A Ocupação Vila Soma protagonizava, então, um intenso conflito urbano marcado pela ocupação de uma propriedade abandonada há décadas, que não cumpria a função social da propriedade — apesar da previsão legal já mencionada. O próprio ato de ocupar, nesse caso, é uma denúncia da ausência de cumprimento da função social. O fato de nenhuma das 215 matérias mencionar a função social da propriedade é uma forte evidência do silenciamento da pauta da luta da ocupação. Outro dado alarmante é o fato de que 94,4% das notícias sequer mencionavam a pauta mais básica do movimento — o direito à moradia.

Por fim, a análise aponta que o papel do poder público em garantir uma solução habitacional foi pouco mencionado (Gráfico 11). A maioria das matérias não questiona o poder público sobre uma alternativa habitacional ou solução de realocação das famílias, em caso de remoção — tema de grande importância nesse período,

marcado por diversas tentativas de reintegração de posse com remoção dos moradores. Entre as poucas matérias que apresentavam uma proposta do poder público para a questão habitacional das famílias, cerca de um terço delas sequer vocalizou ocupantes sobre a solução apresentada, um terço confirmou a proposta com as lideranças da ocupação e outro terço ouviu moradores sobre o tema.

Gráfico 11. Notícias que discutem soluções habitacionais propostas pelo poder público — matérias sobre a Ocupação Vila Soma na mídia (junho/2012 a janeiro/2016)



Elaboração dos autores, a partir de base de notícias desta pesquisa.

Esses dados são indicativos de que a participação dos moradores em uma solução para o caso que garantisse seu direito à moradia também foi silenciada ou teve sua importância desconsiderada pela cobertura midiática.

Considerações finais

A análise da cobertura midiática realizada nesta pesquisa confirma algumas hipóteses — de como essa cobertura reforça a estigmatização e o silenciamento das pautas dos movimentos sociais urbanos, condicionando a capacidade coletiva de colocar ideias distintas em circulação no território e disputar os sentidos sobre o futuro. A mídia construiu uma associação predominante da Vila Soma e de sua luta a atos criminosos e violentos e posicionou seus protestos em um campo de sentidos negativo. Isso revela o poder dos agentes que controlam os meios de comunicação de circular discursos conforme seus interesses e critérios próprios do que deveria ou não ter legitimidade no campo de reivindicações da sociedade. Conforme Miguel e Barioli (2010, p. 74), a noção de imparcialidade, ainda que legitime a compreensão de que práticas jornalísticas sejam capazes de produzir um espaço discursivo plural, não permite um tratamento adequado das ausências de diversidade e do contraditório — os meios de comunicação passam, assim, a definir quais os conflitos aceitáveis e não aceitáveis.

Partimos, aqui, do pressuposto de que a imparcialidade no jornalismo é um mito (REPÓRTER BRASIL, 2017); mas também muito presente no discurso jornalístico que, desse modo, contribui para tornar invisíveis discordâncias e diferenças que constituem um público efetivamente plural (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 74). Para Miguel e Biroli (2010), ao apresentar sua posição como não situada socialmente, os jornalistas e grupos de comunicação ocultam o fato de que sua perspectiva incorpora pressupostos e valores que naturalizam a ordem social e a política estabelecida.

Na presente análise, embora em alguns casos não tenham sido identificados posicionamentos explicitamente presentes, a grande maioria dos resultados demonstra que a Ocupação Vila Soma foi representada na mídia, durante seu período de maior engajamento na luta por moradia, associada a um campo de sentidos negativo. Além disso, o poder público (que desejava a remoção dos moradores) teve mais destaque e foi mais ouvido, enquanto foi sistematicamente silenciada a pauta do movimento de moradia e da agenda da reforma urbana que orienta as ocupações urbanas e que guiava as ações da Ocupação Vila Soma. O silêncio na mídia sobre a função social da propriedade e sobre o direito à moradia em matérias que tratavam da Vila Soma dizem muito sobre a decisão desses grupos midiáticos em interditar alguns temas no debate público, enquanto associam as lutas sociais à criminalização. Pesquisa realizada anteriormente pelo Intervozes (2014) já alertava que o jornalismo brasileiro apresenta "diversos equívocos textuais, técnicos e violações éticas que levam a impactos políticos relevantes", dado que a mídia concentrada tem papel relevante na sedimentação de valores e da própria construção da realidade compartilhada socialmente.

A luta dos ocupantes nesse período foi muito potente e repleta de aprendizados para o futuro. Como afirma Mandl (2017), depois de dezesseis ordens de desocupação revertidas, "as famílias tiveram ao menos o sossego provisório de ter um lar para conseguir dormir e seguir a batalha da vida no dia seguinte" (MANDL, 2017, p. 86). A articulação estratégica de ações do movimento entre espaços de ação inventados e convidados é um desses ensinamentos (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017).

Um dos apontamentos importantes que é possível fazer a partir desta pesquisa diz respeito à centralidade e urgência das lutas pela democratização da comunicação entre os sujeitos que desejam a concretização da agenda da reforma urbana e outras perspectivas de direitos. Democratizar a comunicação a partir do território é potencializar a *comunicação ascendente* (PASTI, 2021), isto é, baseada nos lugares e nas trocas horizontais a partir dos agentes desses lugares. Trata-se, conforme Serpa (2011), de criar condições de que esses sujeitos possam enunciar seus próprios lugares e colocar em circulação outras possibilidades de vida e de futuro — que reconheçam a periferia, a favela e as ocupações como lugares de potência, e não apenas de ausência (GARCIA; LEONELLI, 2018). Para tanto, é necessário agir para, simultaneamente, potencializar as vozes desses lugares e agentes silenciados com uma ocupação tática da mídia (SERPA, 2011) e desvendar as formas como os agentes que hoje detêm o poder midiático mobilizam esse poder para produzir e circular sentidos que compõem o imaginário urbano dominante, para que seja possível disputar esses sentidos e, assim, o futuro de nossas cidades.

Referências

AGB-CAMPINAS. *Vila Soma, 9 anos — Lutas e desafios atuais - YouTube*, GT Urbana. Canal da AGB-Campinas: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OA7a5rbAQvU>. Acesso em: 1 ago. 2021. , 29 jun. 2021

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, André Dal' Bó Da. *Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) –

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-03082020-151424/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DENALDI, Rosana. Assentamentos Precários do Tipo Favela e Loteamento: Identificação, Dimensionamento e Tipologias de Intervenção. In: DENALDI, Rosana (Org.). *Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação*. São Paulo: Annablume, 2013.

GARCIA, Isadora; LEONELLI, Gisela. Ocupação Vila Soma: contra-racionalidades de um lugar potente e socialmente construído. In: URBFAVELAS (III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas), 2018, Salvador. *Anais*... Salvador: UrbFavelas, 2018.

INTERVOZES. *Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil 2019*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Repórteres Sem Fronteiras; Intervozes, 2019. Disponível em: <http://quemcontrolaamidia.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2020.

INTERVOZES. *Vozes Silenciadas - a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo: Intervozes, 2011.

INTERVOZES. *Vozes Silenciadas - Mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. São Paulo: Intervozes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*: contribución a la teoría de las representaciones. Ciudad de México: FCE, 1983.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Cambridge: Blackwell, 1991.

LOPES DE SOUZA, Marcelo. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LOPES DE SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

MANDL, Alexandre. *Quando a regularização fundiária vira parte do problema: limites e dificuldades*. , ATHIS para o Direito à Moradia. Canal do Instituto Polis: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2BmOgs23w1c>. Acesso em: 1

ago. 2021. , 11 ago. 2021

MANDL, Alexandre. Vila Soma: uma experiência exitosa de articulação da advocacia popular com a Defensoria Pública. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, n. 5, 2017.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 59–76, jun. 2010.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, 22 dez. 2016.

PASTI, André. Notícias, psicosfera e violência da informação: as agências transnacionais de notícias e a alienação do território brasileiro. *Revista Sociedade & Natureza*, v. 30, n. 1, 2018.

PASTI, André. Território, comunicação ascendente e os meios alternativos, populares e comunitários na Argentina. *Revista Eptic*, v. 23, n. 2, 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 4.

RIZZATTI, Helena. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. *RUA*, v. 21, n. 2, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. *Cadernos Metrópole*, n. 12, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Violência contra movimentos populares e resistências. *Geografia em Questão*, v. 4, n. 1, 2011.

SABINO, Anderson. *Ocupar e resistir na periferia da metrópole campineira: o caso da Vila Soma – Sumaré-SP*. Trabalho de

Conclusão de Curso (Geografia) – Unicamp, Campinas, 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006 [1996].

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1993].

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007 [1987].

SAULE JR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. *DPH - diálogos, propuestas, historias para uma cidadania mundial*, Dossiê Direito à Cidade, 2009.

SERPA, Angelo. Por uma geografia das representações sociais. *OLAM. Ciência & Tecnologia*. v. 5, n. 1, 2005.

SERPA, Ângelo. *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, Angelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 18, n. 3, 2014.

SILVA, Antonio Douglas; GARCIA, Isadora; PASTI, André. Ocupação Vila Soma (Sumaré/SP): resistência à cidade corporativa e luta pela cidadania territorial. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 7, n. 2, 2017.

SILVA, Armando. *Imaginários, estranhamentos urbanos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

Submetido em: 31 de agosto de 2021.

Devolvido para revisão em: 26 de setembro de 2021.

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

ASSIS, M. L.; PASTI, A.; GARCIA, I. Silenciamentos da luta pelo direito à cidade: representações socioespaciais da ocupação Vila Soma Na Mídia. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 462-492, Jan.-Jun./2021.